

EAD NO ENSINO SUPERIOR COMO FORMA DE INCLUSÃO: REVISÃO CRÍTICA DE LITERATURA

EAD IN HIGHER EDUCATION AS A FORM OF INCLUSION: CRITICAL REVIEW OF LITERATURE

Jéssica Flávia dos Reis¹
Emanuelle G. Rochavetz Cordeiro²
Adriano Antônio Faria³

Resumo

Este trabalho tem como principal proposta apresentar a educação a distância como forma de inclusão no ensino superior. O método utilizado para elaboração deste artigo científico foi a pesquisa bibliográfica. Para uma melhor explicação sobre o tema, irá ser apresentada a evolução de tal modalidade de ensino no Brasil, assim como sua importância nos dias atuais. A fim de apontar documentos legais, serão descritas algumas leis que contemplam o direito social a educação por todos, sem discriminação ou exclusão. Uma delas é a Constituição da República que, em pelo menos um de seus artigos, explicita claramente a igualdade de acesso à educação. Também serão enumeradas necessidades especiais que alguns alunos possuem e as dificuldades que eles podem enfrentar ao ingressar no ensino superior convencional. Finalmente, serão analisadas as vantagens da educação a distância para portadores de deficiências, apontando meios de tornar o aprendizado mais efetivo e direcionado para a inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: EAD. Inclusão. Documentos Legais. Ensino Superior.

Abstract

This work has the main proposal to present distance education as a form of inclusion in higher education. The method used to elaborate this scientific article was the bibliographical research. For a better explanation on the subject, it will be presented the evolution of this type of teaching in Brazil, as well as its importance in the present day. In order to point out legal documents, will be described some laws that contemplate the social right to education by all, without discrimination or exclusion. One of them is the Constitution of the Republic which, in at least one of its articles, explicitly spells out equal access to education. It will also list the special needs that some students have and the difficulties they may face when joining conventional higher education. Finally, the advantages of distance education for people with disabilities will be analyzed, pointing out ways to make learning more effective and directed towards the insertion in the job market.

Keywords: EAD. Inclusion. Legal Documents. Higher education.

1 Jéssica Flávia dos Reis graduada em Engenharia Mecatrônica e em Ciência e Tecnologia pela UFSJ, especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior pela UNINTER.

2 Emanuelle G. Rochavetz Cordeiro graduada em Fisioterapia e Pedagogia. Professora orientadora da UNINTER, com o título de Mestre em Educação.

3 Adriano Antônio Faria graduado em Licenciatura em Pedagogia, entre outros. Professor orientador da UNINTER, com título de Doutor em Educação.

Educação à distância e inclusão: Introdução e metodologia de pesquisa

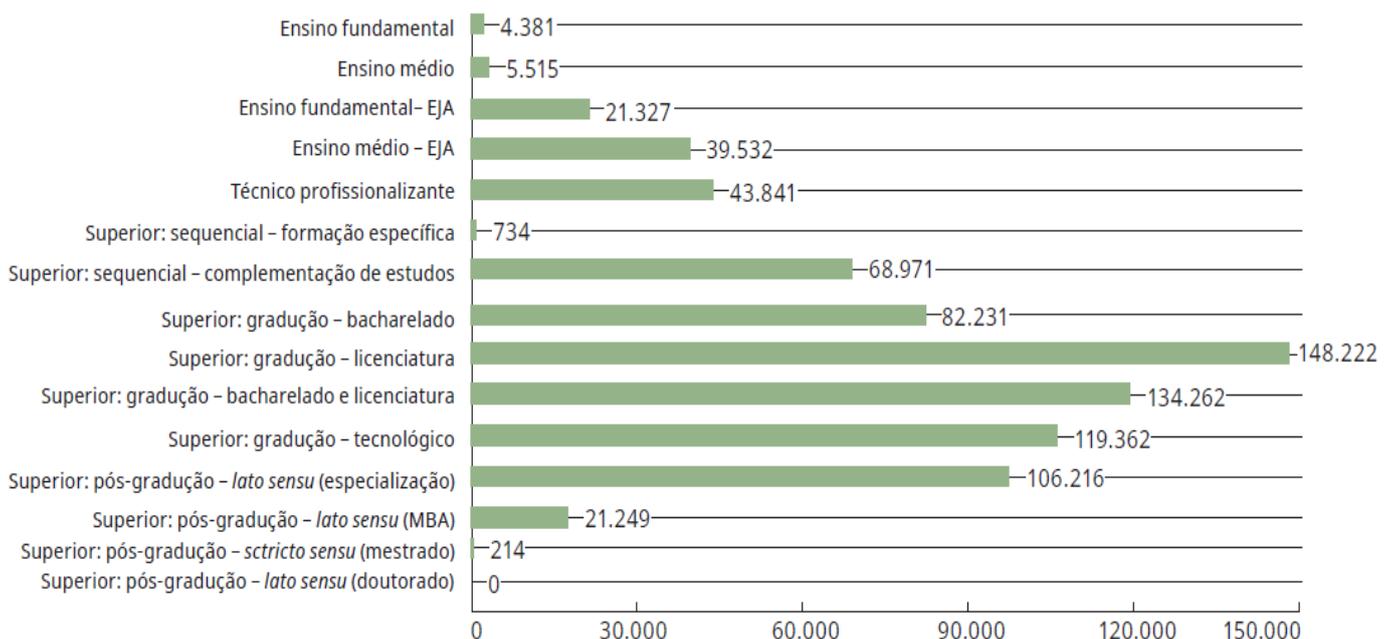
A educação à distância, ou simplesmente EAD, é uma modalidade que permite ao aluno assistir as aulas de acordo com sua rotina diária. Com o avanço tecnológico e da internet, pode-se iniciar essa nova metodologia de ensino, em que professores e educandos estão fisicamente separados, porém consegue haver a troca de informações através da internet. Bolth (2012) cita o ilimitado alcance geográfico dessa modalidade de ensino.

No Brasil, tal modalidade iniciou-se por meio da mídia impressa, sendo que pessoas estudavam em livros vindos via correios. Depois houve estudos transmitidos pelas rádios. Houve um grande salto com a chegada da televisão, pois vários canais dispunham de programas voltados para

o ensino. A internet aumentou expressivamente a utilização da modalidade de ensino, sendo que a possibilidade de comunicação bilateral foi determinante para a sua consolidação. O mesmo autor mencionado anteriormente salientou que as novas tecnologias chegaram tarde ao país, comparado com outros mais desenvolvidos, porém vem se progredindo e fazendo o uso da EAD se firmar e crescer (BOLT, 2012).

Segundo estatísticas da ABED, Associação Brasileira de Educação a Distância, a grande parte das matrículas em cursos totalmente a distância em 2015 são em cursos superiores (ABED, 2015). Por isso, a EAD está se tornando uma maneira eficaz de inclusão em tais cursos. Segue abaixo a Figura 1 que mostra a quantidade de matrículas em cursos à distância em números absolutos no ano de 2015. Nele é possível observar que a maior concentração está nos níveis superiores.

Figura 01- Matrículas em cursos regulamentados totalmente à distância, por nível acadêmico, em números absolutos

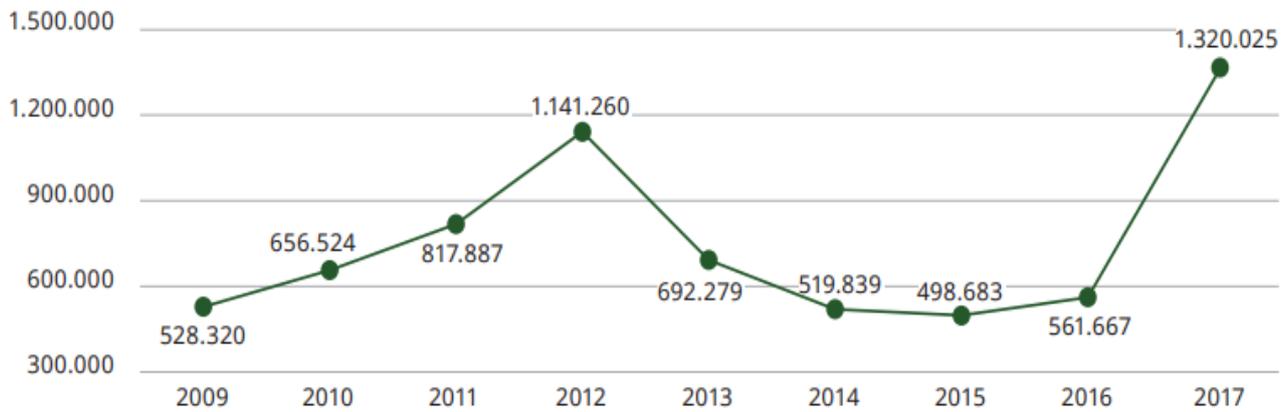


Fonte: ABED, 2015.

Já no ano de 2017, foi possível perceber pelos dados da Associação Brasileira de Educação a Distância que a evolução do número de matrículas em cursos regulamentados e totalmente à distância foi o maior, quando observado a série histórica desde 2009 (ABED, 2018). Segundo a ABED (2018, p. 67) “se observarmos a série histórica de todas as modalidades, veremos que cada uma sofreu

uma queda no número de alunos em diferentes momentos muito precisos, seguidos de novo aumento. Trata-se de um mercado muito ágil na recuperação do número de alunos”. Essa evolução do total de matrículas pode ser vista na Figura 2.

Figura 02- Evolução do total de matrículas em cursos regulamentados totalmente à distância



Fonte: ABED, 2018.

A educação a distância pode ser utilizada como forma de incluir pessoas com necessidades especiais no meio acadêmico. Inclusão é um direito social, sendo que existem diversos documentos oficiais que afirmam que todos devem ter condições de estudar independentemente de sua condição física. Hickel (2011) cita diversos desses documentos em seu artigo sobre EAD e menciona a promoção da inclusão que essa modalidade oferece. Portadores de necessidades especiais encontram diversas barreiras. Muitos, devido a essas dificuldades, não continuam sua jornada acadêmica.

Há diversas vantagens em portadores de deficiência continuarem seus estudos através do ensino a distância. Aqueles que têm dificuldades motoras conseguirão se aperfeiçoar sem sair de casa. Rocha (2013) cita um exemplo de aluno que não possui cadeira de rodas e mesmo assim tem autonomia de estudar através da modalidade. Mudos conseguem se comunicar por meio do ambiente virtual, enviando perguntas escritas. Cegos acompanham as aulas com o áudio das vídeoaulas, repetindo a execução quantas vezes forem necessárias para o bom entendimento. Surdos também acompanham a aula virtualmente, sendo que podem utilizar o método de leitura labial, que presencialmente poderia ser algo difícil. Carlos Rocha menciona que as tecnologias utilizadas na EAD tem função social importante, pois dá autonomia a pessoas deficientes (ROCHA, 2013).

Este artigo parte do princípio que, infelizmente, muitos portadores de necessidades especiais param de estudar devido às dificuldades encontradas no ensino convencional. Tal fato mostra a importância do tema na atualidade,

justificando assim a escolha dele. O objetivo geral deste trabalho científico é apresentar os conceitos que envolvem a educação a distância, como ela pode auxiliar os portadores de necessidade especial. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Como referências foram escolhidos, principalmente, livros didáticos devido a credibilidade que possuem. Através de estudos e leituras, foi observada que a educação a distância tem um grande potencial como metodologia para inclusão. Dados estatísticos foram retirados do Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. Tal documento foi elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância, ABED, e traz dados concretos dessa modalidade de ensino no ano de 2015 e 2017.

Serão apresentados na estrutura do trabalho os diferentes tipos de EAD já existentes em nossa nação ao longo dos tempos e a sua interligação com o ensino superior. Para um melhor entendimento da importância do tema, bases legais serão descritas. Também foi feito um comparativo entre os tipos de educação superior, relacionando-os às pessoas com necessidades especiais. Aspectos quantitativos serão utilizados como base de dados e, por fim, serão mostradas as conclusões após o término da pesquisa.

EAD como forma de inclusão de pessoas com necessidades especiais

O ensino a distância é uma alternativa para pessoas ingressarem no nível superior, conquistarem o tão sonhado diploma e, com isso, se integrar no mercado de trabalho com maior conhecimento e fundamentação teórica. Muitos também estudam dessa forma, pois já trabalham e almejam manterem-se atualizados na carreira. A

falta de tempo, nesse último caso, é um fator que muitas vezes leva a pessoa a optar pelo EAD. Bolt (2012) cita que o aluno tem elevada capacidade de autonomia em relação aos estudos.

Nesta modalidade, há a necessidade de ferramentas para que ocorra o aprendizado. Antigamente, se utilizavam materiais impressos ou até mesmo a rádio para que houvesse o ensino. Ainda utilizada, mas pouco, a televisão também é um meio de ocorrer essa transmissão de conhecimento entre professor e aluno. Atualmente, já bem difundida, existe a educação através de videoaulas e materiais disponíveis na internet, sendo que com esta se consegue comunicação bilateral, ou seja, não só os professores expõem a matéria, mas também os estudantes podem fazer questionamentos sobre dúvidas encontradas durante o estudo. A evolução histórica da educação a distância é amplamente citada por Carola Castro e demais autores (CASTRO, 2011).

Para a inclusão de portadores de necessidades especiais, a educação a distância funciona com simplicidade e praticidade. A fim de ingressar em um curso EAD, deve-se escolher o curso e a instituição de ensino que mais convier. Sendo aprovado no processo seletivo, o educando recebe acesso ao ambiente virtual de aprendizagem, no qual estarão postadas as aulas e podem ser encontradas referências, livros on-line, entre outros. Segundo Rocha (2013), é recomendado que cada escola elabore seu próprio material didático. Além disso, também há a possibilidade de encontrar mais campos como fóruns, perguntas ao professor e para o tutor, exercícios, trabalhos. Tais campos são definidos pelas instituições de ensino.

No ambiente virtual de aprendizagem (AVA), ocorre integração dos alunos que estão na mesma turma. On-line as pessoas se interagem sendo que, muitas vezes, se encontram em locais fisicamente distantes. De acordo com Rocha (2013,) em tais ambientes é importante o uso de metodologias que permitam desenvolvimento de valores como cordialidade e colaboração.

O estudante precisa de um computador com acesso à internet e conhecimentos básicos de informática. Esse computador pode ser adaptado ou não, conforme o que cada um precisar efetivamente. Rocha (2013) também cita alterações em hardware e software como recursos de acessibilidade e tecnologia assistida. Essas alterações podem ser simples, como utilizar fontes em tamanhos maiores e teclados em braile, desde mais sofisticadas, como a audiodescrição da tela no caso de usuários cegos. Em alguns casos, há alguns encontros presenciais, sendo que esses são feitos nos polos de apoio presencial, porém grande parte do curso acontece virtualmente.

Além da inclusão de pessoas com necessidades especiais, a educação a distância está disponível para todos, especialmente para pessoas estudiosas, proativas e responsáveis também costumam ganhar vantagem nesse tipo de curso, principalmente porque conseguem administrar melhor o tempo disponível e possuem mais iniciativa para esclarecer as dúvidas que surgirem no decorrer do processo, além de buscarem materiais complementares para melhor aproveitamento do conteúdo (EDTOOLS, 2019). Ingressam em tal modalidade de ensino pessoas que possuem pouco tempo livre e não conseguiriam ir diariamente numa universidade convencional. Como os próprios alunos se organizam, há flexibilidade de horários para assistir as aulas. A capacidade de autodeterminação acadêmica no EAD é mencionada por Both (2012). É preciso muita determinação e dedicação para que se cumpra o plano de ensino e a aprendizagem ocorra de maneira efetiva.

Evolução do EAD no Brasil

Na metodologia de ensino EAD, alunos e professores estão interligados pela tecnologia da época. No Brasil, há registros de que as primeiras experiências desse método de ensino ocorreram no século XX com a mídia impressa. Segundo Castro (2011), nos cursos por correspondência, as dúvidas eram sanadas através de cartas e, por isso, a comunicação era bastante lenta. O marco para o ensino através de correspondências foi a instalação das Escolas Internacionais. Os cursos geralmente eram voltados para o comércio e serviços em geral e o transporte do material didático era feito principalmente através das ferrovias (ALVES, 2007). Também foram utilizados jornais como meio impresso de ensinar.

Com o surgimento do rádio e da televisão, o crescimento da EAD no país foi considerável. O rádio permitiu que as explicações de determinada matéria fossem transmitidas para diversos lugares. Segundo essa autora, isso foi uma grande evolução já que o ensino através do rádio complementava o entendimento em relação ao estudo dos textos (CASTRO, 2011). Segundo Alves (2007), a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi fundada com a função de possibilitar a educação popular.

Durante a década de 1960, a televisão passou a ser mais uma ferramenta da educação a distância, pois ultrapassava as limitações do rádio. As imagens facilitavam na compreensão, e diversos canais televisivos transmitiam programas relacionados à educação. O Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1967, determinou que houvesse programas educativos transmitidos pelas emissoras de radiodifusão (ALVES, 2007).

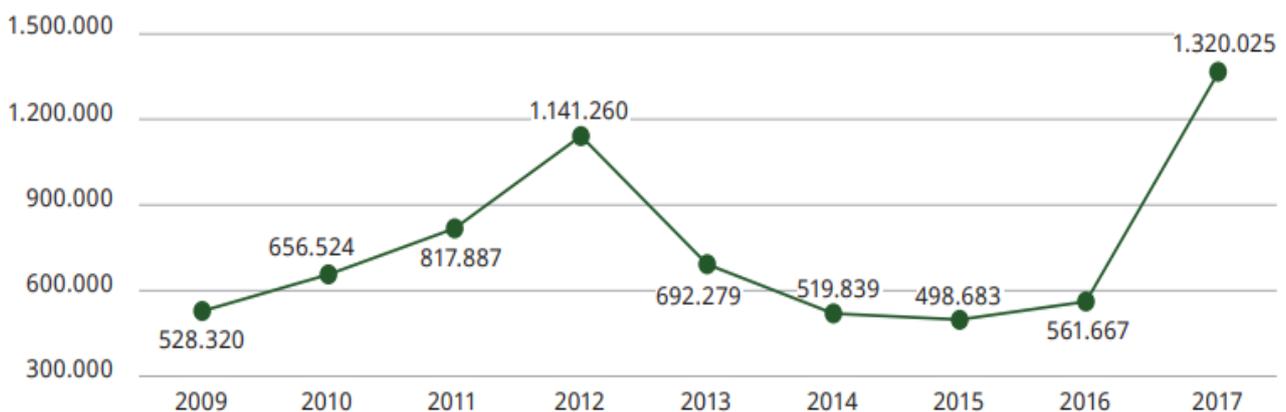
Após chegada da internet, a rede de computadores tornou possível a comunicação rápida e eficiente entre aluno e professor na EAD. Tal ensino se tornou atrativo para quem tinha o interesse de aprimorar os conhecimentos sem sair de casa, inclusive, dentro do contexto do artigo, os portadores de necessidades especiais. Materiais didáticos online foram disponibilizados e eram acessados de várias partes do país. “A educação a distância pode ajudar cada vez mais nessa popularização e democratização” (ROCHA, 2013, p.125).

Nos dias atuais é observada a expansão desse método de ensino (ABDE, 2015). É crescente o número de instituições de ensino que aderem a esse tipo de educação. A tendência é uma melhora significativa na educação do Brasil e aumento de pessoas no curso superior, pois oferece oportunidade de estudo a todos sem distinção. A

qualidade do aprendizado varia muito de pessoa para pessoa, principalmente pela dedicação que cada aluno possui em relação aos seus estudos.

Segundo Alves (2007), o mercado da educação a distância é amplo e promissor, sendo que qualidade e competência são notadas nessa modalidade, assim como no ensino presencial. As melhorias nos sistemas de comunicação, como utilizar banda larga, por exemplo, favorece a expansão da EAD. Os custos também tendem a diminuir com o passar do tempo, assim como a burocracia para credenciar instituições de ensino. Abaixo segue um gráfico mostrando o percentual das instituições de ensino que tenham a opção de estudo a distância por região (ABED, 2015). Observa-se que o sudeste possui maior número percentual, sendo que somente no estado de São Paulo foram registrados 75 estabelecimentos no ano de 2015, de acordo com o censo

Figura 03- Instituições Formadoras por região (%)



Fonte: ABED, 2015.

A maior parte dos alunos de EAD estuda em faculdades privadas, porém cresce o número de instituições federais que adotaram esse método de ensino, principalmente em cursos de especialização (ABED, 2015). A UAB, Universidade Aberta do Brasil, é um exemplo de ensino a distância custeado pelo governo. O diploma obtido num ensino a distância tem o mesmo valor de um conquistado através do método tradicional, sendo que o importante é escolher um curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

Base legal: inclusão e regulamentação do EAD

A Constituição Federal de 1988 tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem sem discriminação. Ela cita a educação como um direito social e, em seu artigo 206 explicita sobre a igualdade de acesso nas escolas (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Lei Federal Nº 9394/96, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, a EAD passou a ter existência legal, explicitado tal questão no artigo 80 (BRASIL, 1996).

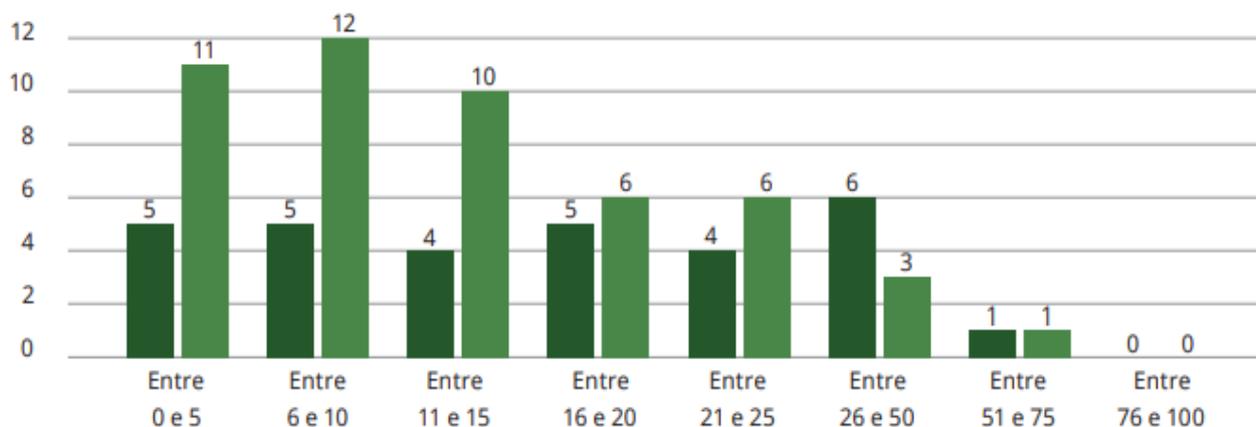
O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, é outro exemplo de lei que estabelece metas para a educação de portadores de necessidade especial no nível superior (BRASIL, 2001). O Decreto 5622/2005 regulamenta o ensino a distância e descreve a modalidade na educação especial (BRASIL, 2005). Na Lei nº 13005/2014 também inclui o respeito aos direitos humanos e à diversidade, no âmbito educacional (BRASIL, 2014). A legislação brasileira para inclusão da pessoa com deficiência, Lei13146/15, menciona em seu capítulo IV questões como acesso a educação superior, oferta de profissionais de apoio, avaliações diferenciadas, entre outros (BRASIL, 2015).

Análise de dados estatísticos do censo EAD

O Censo EAD, em 2017, trouxe diversos dados estatísticos sobre a educação à distância. Pode-se observar que o número de participantes da pesquisa aumentou. Também é destacado o crescimento do número de instituições que aderiram à modalidade EAD (ABED, 2018), e, que algumas delas, possuem pólos em diversas regiões do país. O censo de 2015 contabilizou mais de 5 milhões de pessoas matriculadas em cursos EAD nos diversos níveis de aprendizado (ABED, 2015). Na questão de empregos, na EAD além de professores

há os profissionais de tutoria. Em relação à evasão, “os dados do Censo EAD.BR 2017 revelam que as taxas de evasão em EAD estão cada vez mais próximas daquelas dos cursos presenciais” (ABED, 2018, p. 71). A Figura 04 ilustra esse comparativo entre as taxas de evasão de cursos presenciais e a distância. Segundo a ABED (2018, p. 71) “esses dados estão em consonância com a observação feita no Censo EAD.BR 2016 de que as instituições pareciam estar investindo mais em cursos com taxas de evasão mais altas. Esses investimentos parecem ter surtido o efeito de reduzir essas taxas em 2017”.

Figura 04 - Comparativo entre as taxas de evasão de cursos a distância e presenciais



Fonte: ABED, 2018.

Investimentos foram feitos nos conteúdos das disciplinas lecionadas a distância, em novas tecnologias, capacitação profissional e em novos cursos, sendo que empresas privadas investiram mais do que as públicas (ABED, 2015). A carga horária varia bastante em relação ao tipo de curso e nível de escolaridade, sendo aproximadamente 43% das instituições têm cursos com menos de 360 horas e, também aproximadamente, 47% das instituições têm cursos com mais de 700 horas (ABED, 2015). Em relação ao acesso do material de estudo, mais da metade das instituições escolhem o uso do software livre. A busca por repertórios de aprendizagem é superior no EAD comparado com cursos convencionais, sendo que estes, aos poucos estão utilizando de recursos da educação a distância (ABED, 2015).

Necessidades especiais e o ensino superior convencional

Existem inúmeras dificuldades a serem enfrentadas por um portador de necessidade especial no ensino superior convencional. Isso ocorre, principalmente por fatores físicos que atrapalham a adaptação do aluno. Por exemplo, em diversas universidades faltam rampas/elevadores

que permitem a livre locomoção de cadeirantes. Silva (2012), ao relatar barreiras para a inclusão no ensino presencial, descreve a falta de adaptação nos prédios escolares. No caso de estudantes cegos, faltam materiais didáticos apropriados, como livros em braille ou em áudio e computadores com sintetizador de voz. A disposição dos objetos também deve ser observada como, por exemplo, os extintores de incêndio que devem ficar numa altura que seja de fácil acesso e não atrapalhe a locomoção de deficientes visuais. Pisos com texturas diferentes devem ser instalados.

Estudantes surdos necessitam de profissionais de apoio nas aulas ou então, que o professor fale pausadamente para que o aluno aprenda através da leitura labial. Tais profissionais de apoio vão traduzindo em libras os conceitos citados perante a classe. Estudantes mudos também podem recorrer a esses profissionais, que conversam com o discente por meio dos gestos e repassam a dúvida ao professor. Uma das maiores dificuldades à inclusão, de acordo com Rocha (2013), é a comunicação e ele cita esses profissionais que realizam tal interação entre professor e aluno.

Falta de recursos humanos dificulta muito a adaptação dos portadores de alguma necessidade especial. As universidades precisam ter no quadro de funcionários intérprete em Libras, fonoaudiólogos, professores especializados, entre outros, para que haja uma integração efetiva. As instituições de ensino devem estar preparadas para atender as peculiaridades e singularidades de cada educando. Rocha (2013) comenta sobre a necessidade da formação de professores para atuar no ensino superior.

O custo para elaborar planos de contenção e executar obras que garantam a acessibilidade é visto como um grande obstáculo a ser enfrentado. O recurso financeiro também é preciso para a capacitação dos profissionais, contratação de pessoal especializado, compra de materiais didáticos facilitadores. Silva (2012) menciona esse aumento na quantidade de professores no caso de inclusão em turmas presenciais.

Necessidades especiais e EAD no nível superior

Na educação à distância existem facilitadores para o ingresso do aluno com necessidades especiais. Isso ocorre, principalmente pelo fato de não ter que se deslocar diariamente para a instituição de ensino. Em seu livro, Rocha (2013) destaca que o intuito do ensino EAD não é dar atenção exclusiva ao portador de deficiência, mas sim proporcionar inclusão de todos para que ninguém seja alijado do processo de conhecimento. Outro benefício é o conteúdo correto e atualizado como elementos associados à qualidade na EAD.

As videoaulas podem ser vistas e revistas, a fim de obter um melhor entendimento por meio da leitura labial. Ainda são poucas, mas algumas modalidades à distância já incluíram também a opção de aulas com intérprete de Libras para o caso de aluno com deficiência auditiva. Os estudantes mudos possuem, como os demais discentes, no AVA, meios de entrar em contato com os professores, mandando suas dúvidas e questionamentos de forma escrita (ROCHA, 2013).

Por diversos motivos há cadeirantes que necessitam de ajuda para se locomover, principalmente em distância maiores. Falta de um transporte coletivo de qualidade para portadores de necessidades, incompatibilidade de horários com a pessoa responsável por sua locomoção, inexistência de veículo adaptado, calçadas inapropriadas para a circulação de cadeiras de rodas, entre outros, são fatores que dificultam a ida até a universidade. Com isso, a EAD se torna uma excelente opção de estudo, citada por Bolt (2012) como uma maneira de atender populações que tem dificuldades em relação à educação presencial.

Com os estudantes cegos, a questão da locomoção também é um fator importante para a escolha da educação à distância. Nesse caso, é necessário informar a instituição de ensino da necessidade especial, para que haja um acordo de ambas as partes em relação às avaliações. De acordo com Rocha (2013), deverá haver um planejamento feito pelas escolas para que uma inclusão efetiva aconteça. Uma maneira de sanar esse problema é ter profissionais de apoio que irão ler a prova para o aluno e marcar as alternativas que ele disser ser a resposta. Toda metodologia de avaliação, inclusive para cegos, deve estar definida no projeto pedagógico do curso (ROCHA, 2013). Durante as aulas, o áudio pode ser ouvido uma ou mais vezes até um entendimento completo da matéria.

Considerações finais

Na elaboração deste artigo, com os estudos, avaliação de índices estatísticos e pesquisas bibliográficas diversas, pode-se concluir que a educação a distância realmente é uma ótima proposta de integração para portadores de necessidades especiais no ensino superior. Os documentos oficiais devem ser respeitados e cumpridos. Leis informam que todos têm direito à aprendizagem e regulamentam vários aspectos relativos à educação inclusiva no ensino superior, dessa forma os governantes devem apoiar as universidades no que diz respeito à integração.

Também é necessário que cada vez mais a sociedade perceba o valor do EAD. Muitos ainda têm preconceito com essa modalidade de ensino, julgando-a menos eficiente do que a forma convencional de ensino. Isso não é verdade. A qualidade de aprendizagem, como foi dito no corpo do trabalho, depende de fatores do aluno, como persistência, dedicação, vontade. Como foi visto, toda sociedade se beneficia, pois os portadores de necessidades especiais assumem seu lugar de direito na sociedade. Eles, após se formarem, são incluídos no mercado de trabalho como mão de obra qualificada. Com os resultados benéficos da conquista do diploma de ensino superior, o próprio aluno portador da necessidade especial se aceita mais e, mesmo com suas limitações, percebe que consegue realizar seus sonhos.

A fim de reduzir a barreira relacionada com a existência de profissionais especializados, cada vez mais é exigida formação continuada na área de inclusão. Treinamentos na própria instituição de ensino também podem ser utilizados para minimizar tal problema, como, por exemplo, capacitar tutores para serem apoiados no caso de aluno com necessidade especial. Esses profissionais também podem aprender a

linguagem de Libras. O objetivo dessa pesquisa é informar sobre a importância desse tema atualmente. Também é importante salientar que, caso o aluno portador de necessidade especial tiver como frequentar uma universidade convencional, ele tem esse direito. Cabe a todos das instituições de ensino aceitar o aluno com suas diferenças e ajudar em sua integração. Mas como nem todos possuem esse privilégio, a EAD garante o acesso a educação superior a todos.

É recomendável que novos estudos sobre o tema sejam feitos, para que se obtenham cada vez mais informações sobre EAD e sua eficácia para a inclusão. Para auxiliar a expansão dessa modalidade, o governo deveria incentivar mais as instituições de ensino, acelerando processos burocráticos de credenciamento, assim como melhorar o acesso a banda larga por toda população.

REFERÊNCIAS

- ABED. Censo EAD.BR – Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/. Acesso feito em 09 de novembro de 2016.
- ABED. Censo EAD.BR – Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil. 2018. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_completo.pdf. Acesso feito em 08 de julho de 2019.
- ALVES, João Roberto Moreira. A história da educação a distância no Brasil. 2007. Disponível em: http://www.ipae.com.br/pub/pt/cme/cme_82/index.htm. Acesso feito em 15 de dezembro de 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso feito em 07 de novembro de 2016.
- BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Diário Oficial da União, Poder Legislativo. Brasília: DF, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10172.htm. Acesso feito em 26 de outubro de 2016.
- BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso feito em: 24 de outubro de 2016.
- BRASIL. Lei n. 13005, de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo. Brasília: Distrito Federal, 2002
- BRASIL. Lei n. 13146, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo. Brasília: DF. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/205855325/lei-13146-15>. Acesso feito em 24 de outubro de 2016.
- BOLTH, Ivo José. Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- CASTRO, Carola; HERNECK, Jonathan; MOREIRA, Marcelo Augusto Martins; MELO, Mateus; Silva, Michelle Vieira da. Evolução Histórica da Educação a Distância. 2011. Disponível em: <http://ueadsl.textolivre.pro.br/2011.1/papers/upload/60.pdf>. Acesso feito em 10 de novembro de 2016.
- EDOOLS. Plataforma EAD ideal para cursos e treinamentos online. 2019. Disponível em: <https://www.edools.com/>. Acesso feito em 08 de julho de 2019.
- HICKEL, Melita. Evolução a Distância e as Possibilidades de Inclusão(ões). 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/285.pdf>. Acesso feito em 26 de outubro de 2016.
- ROCHA, Carlos Alves. Mediações Tecnológicas na Educação Superior. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Submetido em: 07 de fevereiro de 2019

Aceito em: 15 de março de 2019